

# UMA TENTATIVA DE INSERÇÃO DA CAPITANIA DE SÃO PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL NO SISTEMA COLONIAL DE ENSINO – O PROJETO DE PAULO GAMA

---

*Elomar Tambara*

*Valdinei Marcola*

Em 1803, o governador da Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul Paulo José da Silva Gama submete um projeto ao governo central com o intuito de organizar o sistema de ensino na capitania. Estabelecia a criação de 3 aulas de ensino fundamental e uma de gramática latina, uma de Gramática portuguesa e francesa, uma de Filosofia Racional e Moral, e uma de primeiros elementos de Geometria e Trigonometria. Bem como estabelecia a criação de um imposto que sustentaria tal organização.

Sob certo aspecto, este é o primeiro projeto elaborado para solucionar este grave problema da capitania, e neste sentido, salientamos a importância de disponibilizá-lo para o público interessado na história da educação brasileira no período colonial e, de modo particular, a história da educação desta capitania.

Este documento reflete, sobremaneira, o estágio de desenvolvimento das forças produtivas do sistema de produção hegemônico nesta região recém incorporada oficialmente ao sistema colonial brasileiro. E demonstra a necessidade de criarem-se os aparelhos ideológicos necessários à estrutura de domínio e administração do sistema estatal dentre os quais se destacam o educacional e o judiciário.

A ocupação dos territórios da Colônia do Sacramento e do atual Brasil meridional pelos portugueses, com maior ênfase e intensidade no início do século XVIII, decorreu da consolidação de um processo de compreensão ideológico-política baseado,

fundamentalmente, na assunção do recurso ideológico-doutrinário do “uti possidetis” como argumento basilar.

Sob este aspecto a compreensão tão comum dos historiadores vinculados ao “círculo historiográfico” particularmente Souza Doca, Aurélio Porto e Moisés Velinho, que direta ou indiretamente enfatizam a tese do “vazio demográfico” precisa ser avaliada na sua precisa dimensão.

Aliás, de certa forma, esta compreensão histórica necessita ser relativizada e valorada nas delimitações e nos propósitos que estes autores colocaram na elaboração de suas investigações, de modo geral destinadas a enfatizar a legitimidade da expansão lusitana na América Meridional.

De qualquer forma, há bastante convergência entre estes articulistas no sentido de reforçar a idéia de que o processo de ocupação deste território pelo elemento português decorreu de uma lenta e gradual apropriação em disputa com os indígenas e com os espanhóis e seus descendentes. Somente esta assertiva, já nos permite questionar a idéia do “vazio demográfico” por eles assumido ou a eles atribuído.

Em termos práticos, o que se observa é que há a idéia de que este “vazio demográfico” está relacionado efetivamente a presença de elemento humano lusitano e também, e talvez principalmente, decorrente da lacuna da existência de uma estrutura político-administrativa mais paroquial, elemento indispensável no processo de consolidação de identificação de um lócus com autonomia, auto e hetero reconhecidas.

Para o escopo deste trabalho esta querela é irrelevante, pois o que nos interessa é a compreensão da instituição e evolução de políticas públicas em relação à constituição de um sistema de ensino neste território no período colonial, particularmente as tentativas desenvolvidas pelos primeiros governadores.

De certa forma a inserção deste território como elemento constitutivo do sistema colonial lusitano e, de modo especial, ao sistema colonial brasileiro ocorreu de forma

diferenciada. No que se refere ao aspecto econômico-produtivo esta se efetivou mais precocemente, mormente com a instalação das estâncias tanto como ocorreu o mesmo em termos militares com a construção de fortes e comandos militares. Entretanto no que se refere ao sistema educacional a consolidação de um aparelho de ensino vinculado ao sistema educacional brasileiro foi feito de forma precária e quase que inexistiu.

Portanto, uma prioritária questão é compreender o processo de formação sócio econômica do Rio Grande do Sul. Aprender suas nuances, suas particularidades, seus vínculos com a sociedade brasileira colonial e, de modo especial, associar este processo com a configuração de uma formação sócio-econômica específica, em circunstâncias espaciais típicas, e em época também característica.

Obviamente, um aspecto que carece ser assinalado é a singular formação da sociedade brasileira até a proclamação da república e seus reflexos na formação social e econômica do Rio Grande do Sul.

Em termos gerais, a economia brasileira tanto no período Colonial quanto no Imperial se distinguiu por apresentar uma estrutura patrimonialista baseada, fundamentalmente, na utilização da mão de obra escrava e dedicada, de modo especial, a uma atividade econômica de exportação. Assim as grandes crises da sociedade giraram em torno da alteração que realidades específicas, normalmente de cunho internacional, geraram neste modelo. Toda a estrutura se distinguiu por um processo de exclusão da maioria da população dos benefícios gerados pelo sistema produtivo e particularmente por uma submissão aos interesses externos.

Nestas circunstâncias a educação apresentou um caráter de subordinação às conveniências coloniais portuguesas que, diferentemente dos espanhóis e ingleses, inibiram, tanto quanto possível, a constituição de um sistema de ensino autônomo nas colônias lusitanas.

Em seu mais alto grau de liberalidade Portugal admitiu a constituição de uma base educacional cujo aprimoramento era efetuado na Universidade de Coimbra. O sistema colonial português baseava-se num rígido controle dos aparelhos vinculados à super-estrutura ideológica dentre os quais se destacavam o aparelho escolar e o religioso. De certa forma interligados neste período, o poder real se fazia presente mormente no sentido de inibir qualquer processo de autonomia nestes aparelhos e, a rigor, configurando-os de uma forma arcaica, isto é, refratários a qualquer idéia de modernidade.

Com as Guerras Cisplatinas o Rio Grande do Sul passou a efetivamente ser ocupado e, principalmente, a deter uma importância estratégica militar significativa na geopolítica imperial. Desta situação se depreende que o processo de ocupação do Rio Grande do Sul possui um caráter tardio sobretudo se comparado a outras províncias do Império como Bahia, Ceará, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Neste sentido a capitania procurou ocupar uma vocação econômica que preenchesse lacunas em uma estrutura já montada. E esta foi conseguida pela organização de um sistema agro-pastoril. A formação de estâncias e fortins foi então a característica fundamental da emergente organização social gaúcha.

A estrutura de ocupação do solo fundamentou-se em uma relação de mútua ajuda entre as estâncias e os fortins. Consistindo-se ambos em focos de resistência às eventuais incursões castelhanas em solo brasileiro. Esta situação conflituosa propiciou o surgimento de uma dimensão cultural caracterizada pela existência de um patriciado militar. Desta decorre alguns elementos que balizavam, na prática, o comportamento das populações que viviam sob este sistema produtivo dentre os quais se destacava a hierarquização social tipificada pelo poder de mando. O estancieiro ao revestir-se de líder militar e pela subserviência dos peões ao transformarem-se em soldados disciplinados. Esta situação transferiu-se para o cotidiano das

estâncias não passando de outro mito a concepção do gaúcho que gauderiava de pago em pago. (TAMBARA, 1991, p. 61)

Este aspecto precisa ser bem compreendido pois a partir dele consolida-se uma estrutura produtiva que por suas características peculiares contribuirá para a organização de um sistema de educação e, particularmente de reprodução ideológica singular, no qual a estrutura formal de educação não merecia muito espaço. Um primeiro aspecto que dificultou o processo de instalação de um sistema educacional mais coeso foi a dispersão da população neste tipo de estrutura econômica. Uma organização produtiva baseada primordialmente na grande propriedade, com utilização de mão de obra relativamente de forma extensiva e com baixos padrões tecnológicos não possibilita uma economia de escala. Isto tanto é verdade que um dos grandes problemas da sistema educacional do início do século XIX foi a manutenção de uma escola onde não havia número mínimo de alunos estipulados por lei. Frequentemente as escolas foram fechadas por não atenderem este pré-requisito. Obviamente que esta situação era, de modo especial, prejudicial para as populações com baixa renda que não podiam mandar seus filhos estudarem no exterior ou mesmo nos poucos centros urbanos existentes.

Muitas vezes, o funcionamento das escolas era de cunho precário, pois a densidade demográfica em determinadas regiões era relativamente baixa. Além disso, havia o agravante de os pais não valorizarem positivamente a educação para seus filhos. Na prática o que se percebia era que para o exercício das atividades profissionais mais típicas da campanha não havia necessidade de um processo de educação muito apurado. A lide campeira de modo geral, não exigia muito além de um aprendizado prático, que a criança obtinha no próprio processo de socialização para o trabalho.

Esta situação de “terra de ninguém” contribuiu sobremaneira para o descaso com que a instrução foi tratada na capitania. Em verdade o ensino dependia fundamentalmente das

chamadas “provisões”, e que consistiam em um privilégio exclusivo da Coroa.

Segundo ROSA “só pela carta régia de 19 e agosto de 1789, revalidada pelo decreto de 17 de janeiro de 1799, foi regulada a nomeação de professores pelos governadores, capitães-generais e bispos. A lei de 10 de novembro de 1772, que criou o subsídio literário, foi mandada aplicar no Brasil em 1773, pelo marquês de Lavradio, com uma restrição: não seria observada no Rio Grande do Sul... E esta odiosa exclusão somente cessou pelo decreto de 24 de novembro de 1813 que mandou aplicar ao Continente a lei de 1772, cobrando-se o subsídio à razão de 320 reis por cada rez que se matarem para vender tenham ou não 10 arrobas cada uma e 10 reis por cada medida de aguardente, regulando-se isto pela canada de Lisboa.” (1948, p. 175)

Em termos práticos somente no final da década de 1770 quando ministravam aulas os professores Manoel Ximenes Xavier, Thomaz Luiz Osório, José da Silva Braga e Manoel da Silva Castro é que se inicia efetivamente o sistema de instrução no Rio Grande do Sul.

Mas em termos de ensino público propriamente dito, isto é custeado pelo estado, somente tem início em 1778 com a criação do Colégio Servas de Maria na Aldeia de Nossa Senhora dos Anjos, destinado à educação das meninas filhas dos indígenas ali aldeadas e para o qual foi nomeada professora Georgina Rita Coelho de Mendonça. “Nesse ano principiou a funcionar em Porto Alegre a aula pública do professor José Antonio da Silva Nunes, para ensinar, ler e contar e o catecismo. O ordenado era de 100\$000 por ano, pago pelo subsídio literário, da junta da Real Fazenda do Rio de Janeiro”. (DOCCA, 1954, p. 405)

Nota-se aqui certa contradição em relação à afirmação de Rosa que considerava a não cobrança do subsídio literário no Rio Grande do Sul como “uma odiosa discriminação” quando segundo Docca havia professor atuando sendo remunerado pela

subsídio literário da Junta Real da Fazenda do Rio de Janeiro a qual este território estava afeto.

O Continente de São Pedro, naquele tempo, não era propriamente uma Capitania, mas simples “Comandância Militar”, diretamente subordinada ao governo do Rio de Janeiro. Só em 19 de setembro de 1807 é ele elevado a Capitania Geral, ficando-lhe subordinado o governo de Santa Catarina. (ABREU, 1948, p.78)

È preciso ter em mente que o interesse das instituições governamentais em relação à educação pública era muito diminuto. Episódio bastante conhecido é a querela entre o governador José Marcelino e a Câmara de vereadores de Porto Alegre por haver aquele solicitado o pagamento do aluguel do prédio da escola do professor Manuel Simões Xavier “na medida que entendia ser um empreendimento tão necessário ao povo”. A Câmara recusa-se terminantemente a satisfazer a solicitação do governador alegando não só haver falta de recursos materiais como ainda não se tratar de encargo que incidisse nas suas atribuições. (veja ABREU, 1964 também DOCCA, 1954 ainda BARCELLOS, 1960)

O final do século XVIII marca no Rio Grande do Sul a consolidação de um sistema econômico – a charqueada, que vai modelar todas as relações sociais e econômicas no século seguinte, balizando principalmente a emergência de uma economia dependente e subsidiária da economia hegemônica do centro do país.

Com as charqueadas surge um produto com valor de troca e não apenas de valor de uso como ocorria com a produção de charque no período anterior que era produzido e consumido domesticamente e apenas, ocasionalmente, era produzido em maior escala para a comercialização como ocorreu, por exemplo, com Cristóvão Pereira quando em 1737 vendeu uma sumaca de charque para o governo e que foi utilizada para a alimentação dos militares na colônia de Sacramento.

Fixadas as estâncias e inauguradas a agricultura de subsistência com a chegada dos agorianos, estabeleceram-se as primeiras charqueadas do litoral, em Palmares do Sul, nas margens do Guaíba e na margem direita do baixo Jacuí.

Nessa primeira etapa, que se estende até 1779, as charqueadas eram isoladas e dispersas. O charque, feito em pequenas quantidades, ainda não tinha um mercado firme e expressivo, provando ainda que não era produto importante na economia rio-grandense, visto que os couros e a graxa animal apareciam como itens quase únicos de exportação, até o fim do século XVIII, além do gado em pé. (MARQUES, 1990, P. 27)

### Como aponta HARNISCH

certo é que já no começo do século, pouco depois que os lagunistas transpuseram o Mampituba, determinada região era denominada de Charqueada, tendo-se, pouco depois, iniciado a exportação da carne salgada e seca do Rio Grande do Sul (1952, p. 84)

O que chama atenção é o processo de re-estruturação produtiva que no decorrer do século XVIII ocorre no Brasil colonial onde por motivos os mais diversos o Sul do continente em um primeiro momento concorre e, em um segundo, supera a estrutura produtiva implantada no Nordeste em termos de produção de carne. Sob certo aspecto, as mesmas dificuldades enfrentadas pelos pecuaristas nordestinos como longas viagens e condições precárias dos pastos existentes pelos caminhos ao levar as mercados consumidores (vilas açucareiras e grandes centros como Salvador e Recife) e que ocasionavam diminuição dos lucros como aconteceu com o “troperismo” no Sul ao levar o gado à Sorocaba propiciaram condições para o surgimento de um sistema produtivo baseado em novos moldes – a charqueada.

A gênese, apogeu e declínio do ciclo do charque, particularmente no Ceará, foi estudado por muitos autores, identificando as causas e conseqüências deste sistema produtivo.



Todos esses problemas, mais o aumento da população no século XVIII na América Portuguesa, levaram ao desenvolvimento de uma atividade manufatureira que ganhou grande importância, o qual consistia em desidratar a carne e salgar, aumentando a conservação da carne, facilitando assim a sua exportação para áreas mais distantes. Os gados oriundos dos pastos do Ceará chegavam a Recife e Olinda bastante abatidos, o que acabava na depreciação do preço do rebanho, por isso, ainda em 1740, os cearenses aproveitando as Salinas do Aracati, da foz do Jaguaribe, para formar as primeiras oficinas para fabricação de charque, conhecido também como “carne-do-ceará. Isso permitiu àquela região competir com os pastos da Paraíba e Rio Grande no abastecimento a Pernambuco. (MEDEIROS & POSSAMAI, 2009 p. 10)

É interessante observar que em um determinado período histórico esta indústria passou a se constituir em um entrave à estrutura econômica hegemônica, sobretudo pela competição por terras com o sistema canavieiro e pela diminuição da oferta de animais de tração tão importante para os engenhos de açúcar. Inclusive “levando ao Governo da Capitania de Pernambuco a proibir o funcionamento de charqueadas no Rio Grande do Norte” e, em 1701, estabelecer uma norma que proibia a criação de gado até dez léguas das plantações canavieiras, medida que estimulou a procura de novas terras, no caso o sertão nordestino.

Assim, no início do século XVIII a manufatura do charque já havia se constituído em uma indústria de projeção nacional no Nordeste, particularmente no Ceará, evento que no Sul somente vai ocorrer no final do século e início do século XIX.

O comércio do charque, da carne do boi, do couro, dentre outros, com Portugal, pôs Santa Cruz do Aracati na dianteira do desenvolvimento. Quando em 1747 (11 de abril) se converteu em vila, já era um dos mais desenvolvidos da Capitania. O comércio, primeira atividade econômica do lugarejo, era intenso com os portugueses, pernambucanos, paraibanos, baianos etc. O

fluxo de mercadorias que vinha da bacia do Jaguaribe, obrigatoriamente transitava por Santa Cruz do Aracati. (LIMA, 2002, p. 4)

A descrição do processo de gênese e consolidação deste procedimento em Santa Cruz do Aracati lembra muito o que, quase com diferença de um século, ocorreu em Pelotas no Rio Grande do Sul em termos de construção de centro urbano caracterizado pela “cultura refinada e pela opulência econômica”.

A venda da carne do boi e o comércio do couro foram os maiores responsáveis por essa euforia econômica. A carne trazida para a vila era salgada e transformada em charque nas oficinas. Naquele período, Santa Cruz do Aracati consolidou-se como o "pulmão econômico" da capitania. O comércio do couro e da carne industrializada lhe dava *status* e lhe abriam portas para os artigos de Portugal. É interessante notar que a opulência da vila se manifestava na arquitetura das edificações, nos monumentos, nos casarões e nas artes.

Já se afirmou que a pecuária possibilitou a fixação do homem no interior da Capitania do Siará-Grande. Do criatório emergia o primeiro tipo de indústria no Ceará, a do charque. Isso se dera em face de um cálculo simples dos criadores: com a perda de peso do animal nos grandes deslocamentos das manadas, tornava-se, então, mais interessante abater o gado antes e salgá-lo para, logo em seguida, transportar em lombos de burro até Aracati. Assim, originava-se a indústria da carne o que deu origem às famosas charqueadas que movimentaram a economia do Baixo Jaguaribe, criando importantes centros como Aracati e Russas. (LIMA, 2002, p. 5)

É justamente na re-estruturação produtiva do sistema colonial que a coroa percebe a importância do território da capitania de S. Pedro do Rio Grande do Sul como uma economia subsidiária à açucareira e à atividade extrativa de ouro das Minas Gerais;

O governo de Paulo da Gama representa este novo estágio, e foi, sob certo aspecto, a consolidação de um sistema produtivo mais moderno embora ainda sustentado por uma força de trabalho arcaica, a escravidão. De modo que, passo a passo, os ideais iluministas, embora de forma distorcida, tentam romper as barreiras de um conservadorismo de uma sociedade caracterizada por um patriciado militar.

Sob tal perspectiva, uma das primeiras medidas do governador Paulo Gama foi a tentativa de colocar a Capitania no sistema educacional brasileiro, representado no caso pela instalação de aulas régias e a admissão no processo de captação do “Subsídio Literário”. Sem sombras de dúvidas, há uma tentativa de implementar um processo civilizador que decorre em muito das idéias iluministas que foram hegemônicas na Coroa Portuguesa ao final do século XVIII consubstanciada principalmente pela atuação do Marquês de Pombal.

A participação de Portugal na formação do Rio grande do Sul legitimou-se na medida em que a burocracia joanina, adotando o paradigma mecanicista matemático, deixando de lado os postulados escolásticos, abriu-se para as idéias da Ilustração, definindo fronteiras concretas, fundadas na vontade independente e racional de dirigentes de nações livres e soberanas. (ESPÍRITO SANTO, 2006 p. 34)

Ademais, chama a atenção neste projeto do governador a ênfase dada a aula de gramática portuguesa e francesa substituindo a proeminência da aula de gramática latina. Sem dúvida esta é uma postura que revela a preocupação com uma educação destinada a um “novo homem”, como preconizavam as reformas pombalinas.

Mesmo assim, é preciso admitir que a capitania ainda não detinha, neste período, a força política e econômica capaz de fazer vingar nos aparelhos decisórios a disposição de instalar na Capitania o Subsídio Literário, o que somente ocorrerá em 1814.

## Referências

ABREU, Florêncio de. Governo de José Marcelino de Figueiredo, fundador de Porto Alegre, no Continente de S. Pedro – 1769 a 1780 in *Ensaios e Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, Irmãos Pongetti, 1964.

BARCELLOS, Rubens de. Esboço da formação social do Rio Grande in *Estudos Rio-Grandenses*. Porto Alegre, Globo, 1960.

DOCCA, E. F. de Souza. História do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro, Edição da Organização Simões, 1954.

ESPIRITO SANTO, Miguel Frederico do. O Rio Grande de São Pedro entre a fé e a razão. Porto Alegre, Martins Livreiro, 1999.

ESPIRITO SANTO, Miguel Frederico do. Fundamentos da Incorporação do Rio Grande do Sul ao Brasil e ao Espaço Português in *Colônia, Passo Fundo*, 2006.

FERREIRA FILHO, Arthur. História geral do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Globo, 1978.

HARNISCH, Wolfgang Hoffmann. O Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Globo, 1952.

LIMA, Luiz Cruz. Produção do espaço, sistemas técnicos e divisão territorial do trabalho In *Scripta Nova*, Barcelona, Vol. VI, num. 119, 2002

MARQUES, Alvarino da Fontoura. Evolução das charqueadas rio-grandenses. Porto Alegre, Martins livreiro, 1990.

MEDEIROS, Tiago Silva e POSSAMAI, Paulo César. O sertão vai para o além-mar: a produção de carne e couro no sertão

colonial e a construção de um espaço de comércio com o além-mar no século XVIII Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Semana de Humanidades, 2009.

ROSA, Othelo. Notas sobre a evolução do ensino no Rio Grande do Sul. In Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Oficinas gráficas da Imprensa Oficial. 1948

ROSA, Othelo. Formação do Rio Grande do Sul in Fundamentos da Cultura Rio-Grandense, Porto Alegre, Faculdade de Filosofia, 1957

TAMBARA, Elomar. Introdução à História da Educação no Rio Grande do Sul. Pelotas, Seiva, 2000.

**Elomar Tambara** possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1978), mestrado em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1981) e doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1991). Atualmente é professor titular da Universidade Federal de Pelotas. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em História da Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: história da educação, educacao no rio grande do sul e educacao em pelotas.

**Valdinei Marcola** é Professor da Universidade Federal de Pelotas da área de Políticas Educacionais e doutorando em Educação (PPGE/FaE/UFPel)

Recebida em: 05/01/2010

Aceita em: 10/06/2010



## DOCUMENTO

---

Ofício do governador da capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul, Paulo José da Silva Gama, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, visconde de Anadia, João Rodrigues de Sá e Melo, sobre a necessidade de criação de escolas menores na capitania e propondo programas, localização e criação de receita para pagamentos dos professores. 1803, dezembro, 4, Porto Alegre.

Il<sup>mo</sup>. Ex<sup>mo</sup>. Sr.

Illm. e Exm. Sr. – A obrigação que tenho de representar a V. Ex. tudo quanto julgar necessário ou útil a esta Capitania, me excita [despertar, estimular, incitar; mover, ativar] a oferecer a Nota inclusa sobre a criação das Escolas Menores neste País.

É este um objeto digno certamente da atenção de V. Ex., pois que infelizmente uma numerosa Mocidade, que tem a fortuna de obedecer a um Governo iluminado, e que compõe parte de uma Nação civilizada, se observe quase tão destituída dos primeiros conhecimentos como as mesmas Tribos que nos rodeiam.

Deus guarde a V. Ex. Porto Alegre, 4 de dezembro de 1803. – Illm. e Exm. Sr. Visconde de Anadia. – Paulo José da Silva Gama.

Illm. e Exm. Sr. – Que a Educação da Mocidade seja a base mais solida dos Impérios e a fonte inexaurível da felicidade pública, não é um problema: é antes uma verdade de primeira intuição, que poupa demonstrações. Da atenção ou negligência deste importantíssimo objeto é que se derivam as Virtudes, e os Vícios, ou Bons e os Males, que ora elevam, ora abatem as Nações. Sem Educação não há costumes, e sem costumes ninguém saberia ser nem bom Cidadão, nem bom Vassalo. Nada, pois, é mais servível à constituição e segurança dos Estados; nada mais digno da vigilância, e desvelos dos que Governam.

Em uma época feliz em que geralmente se fomentam os progressos do Espírito Humano, quando ainda as outras

Capitanias ao Norte, bem que na infância da Civilização, apresentam já Professores empregados em doutrinar sua Mocidade, só esta Capitania, com vergonha e dano incalculável de seus habitantes, jaz como em letargo [desleixo], ignorando talvez até a necessidade, que tem, de instruir seus filhos.

A criação das Cadeiras que vou a enumerar, cuja instituição sustentada por um leve imposto pouco sensível a este País (como logo demonstrarei), concorreria a aumentar a massa dos conhecimentos, formaria e adoçaria os Costumes, animaria, e desenvolveria mais e mais o amor, fidelidade e gratidão destes povos para com nossos Augustos Soberanos.

Pois que o estudo das primeiras Letras é indispensável ao homem de qualquer estado ou condição, por isso se criará uma Escola de Ler, e Escrever e Contar em cada uma das três povoações principais: Porto Alegre, Rio Grande e Rio Pardo, cujos Mestres, dotados de uma boa moral e probidade, tenham todos os requisitos para desempenhar o ensino destes conhecimentos elementares, vencendo cada um de ordenado anual duzentos mil reis.

Como o estudo antecipado e prematuro da Gramática Latina paralisa e oprime as faculdades do raciocínio pela secura e dificuldade da matéria, a Mocidade deveria passar primeiramente a instruir-se na sua Língua Materna, para evitar o opróbrio de falar corruptamente a sua própria linguagem, como pela maior parte infelizmente no Brasil acontece. Seguir-se-ia imediatamente o estudo da Língua Francesa tão vulgarizada por todo o Universo, e cujos escritos têm feito época em todos os ramos de Literatura; esta Cadeira de Gramática Portuguesa, e Francesa existiria na Vila Capital de Porto Alegre, e o seu Professor venceria de ordenado anual de trezentos mil reis.

Daqui se passará então à aplicação de Gramática Latina, que nos abre a porta para estudarmos os sublimes modelos da antiguidade; gozará o seu Professor o ordenado anual de trezentos mil reis, residirá igualmente na Capital.



Para desenvolver as ideias, e criar o entendimento, e o espírito, seria de sumo interesse a instituição de uma Cadeira de Filosofia Racional e Moral, a qual estabelecida em Porto Alegre; o seu Professor gozasse do honorário anual de quatrocentos mil reis.

Ultimamente uma Cadeira de Aritmética, e primeiros elementos de Geometria e Trigonometria, que acostumando o espírito á demonstração, e a discorrer sucessivamente e com ordem por meio de combinações, cuja base é a verdade, cujo resultado é a evidência, com tanta exação [cuidado, exatidão, correção, pontualidade] como precisão, disporia vantajosamente a Mocidade para qualquer profissão: seu respectivo Professor daria as lições na Capital de Porto Alegre, e venceria o honorário anual de quatrocentos mil reis.

Ninguém duvidará, que tais princípios luminosos têm mesmo uma influênciã direta, immediata na Arte da Guerra, a qual ordinariamente se dedicam os filhos mais distintos deste país; desta sorte é que se formavam Heróis prematuros na Grécia e Roma.

Sendo a carne um gênero assaz barato nesta Capitania, não seria oneroso ao Público a imposição de um real em cada Libra da que se corta nos talhos dos Açougues principais dela: esta contribuição, ordenada já pela “Lei de 10 de Novembro de 1772”, como o nome de “Subsidio Literário”, e estabelecida igualmente a exemplo das outras Capitancias, seria sufficiente para a satisfação dos Ordenados dos Mestres acima designados, não hesitando certamente alguém concorrer para tão uteis fins.

A seguinte relação apresentará num golpe de vista os fundos e despesas.

## FUNDOS

Anualmente se consomem nos principais Açougues desta Capitania 11.592 rezes, que reguladas a nove arrobas [o que equivale, aproximadamente ao montante 104.328 arrobas] consequentemente a imposição de um real em cada Libra [sistema inglês de pesos e medidas equivalente a 0,454 quilogramas ..... somaria ..... 3:338\$496 reis

## DESPESAS

3 mestres de Ler, Escrever e Contar, nas três povoações principais desta Capitania, com o ordenado anual de duzentos mil reis, cada um.....	600\$000
1 professor de Gramática Portuguesa e Francesa, trezentos mil reis de ordenado anual.....	300\$000
1 professor de Gramática Latina, a trezentos mil reis anuais.....	300\$000
1 dito de Filosofia Racional e Moral com o honorário de quatrocentos mil reis anuais.....	400\$000
1 dito de Aritmética, e primeiros elementos de Geometria e Trigonometria, com quatrocentos mil reis de ordenado anual.....	<u>400\$000</u>
Total de despesas.....	2:000\$000
Deduzidas de.....	<u>3:338\$496</u>
Resta.....	1:338\$496

Este acréscimo de 1:338\$496 reis se poderia ir anualmente amortizando, e destinando para avanços fundiários do estabelecimento de um Colégio de Educação pública, onde para o futuro se instruisse a Mocidade, organizando-se então um plano e prescrevendo-se Estatutos, que tendessem ao Cabal desempenho desta importantíssima instituição.

Se a Real Beneficência anuir [aprovar, consentir] já a realização [efetuação ou efetivar] daquelas mencionadas Cadeiras, pois que a “Lei de 17 de dezembro de 1794” encarregou a Direção das Escolas Menores aos Governadores, e Bispos nos Domínios Ultramarinos, deverão os Candidatos e Aspirantes a elas ser examinados perante os Governadores desta Capitania por dois Examinadores ilustrados, e dignos de todo o conceito.

Deus guarde a V. Ex. Porto Alegre, 4 de dezembro de 1803. – Illm. e Exm. Sr. Visconde de Anadia. – Paulo José da Silva Gama.